



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 010/2018**  
Processo nº 23479.016996/2017-20

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, que por meio de seu Pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 1.297/2016 realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR GRUPO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital

**Data da sessão:** 20 de março de 2018.

**Horário:** 9h00min (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, AGENDAS E DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO** de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
- 1.2. A licitação será em **GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência (TR), obrigando o licitante incluir preço para todos os itens que compõe o grupo, levando em consideração não ultrapassar o preço referência de cada item constante na planilha do TR.

**2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
  - 2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
  - 4.1.1. **Em relação aos GRUPOS 02, 03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.**
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
    - 4.2.2.1. Nos Grupos exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte não poderão participar sociedades estrangeiras;
  - 4.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
  - 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.4.1.1. Nos Grupos exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 4.4.1.2. Nos Grupos não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
  - 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



- 4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.6.1. Valor do grupo.
  - 5.6.2. Descrição detalhada do objeto.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
  - 5.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);
- 5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.10. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- 5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor do grupo.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.6.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 6.6.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





- 6.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 6.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 6.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 7.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 7.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 7.2.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.3.1. Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para a licitação, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.5.1. Somente as propostas cujo os preços estiverem até o limite do preço de referência serão levadas em consideração.
- 7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.7.2. Erros no preenchimento da Proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A Proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto. Poderá também passar por diligências para sanar dúvidas, sem, contudo, permitir-se a inclusão de documentos que anteriormente deveriam ser apresentados junto à proposta.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.11. Nos grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF;
  - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
  - 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
  - 8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
  - 8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006
- 8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 8.4. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
  - 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
  - 8.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou



- inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.4.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.5. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
- 8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.5.7. O licitante considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.8. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.6. **Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
- 8.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 8.6.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.6.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.6.4. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



- 8.6.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 8.7. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente ao(s) grupo(s), deverão comprovar, ainda, a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por meio de:**
- 8.7.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade;
- 8.7.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.7.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.7.2.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.
- 8.7.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.8. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.9. **Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br)**
- 8.9.1. Posteriormente, os documentos deverão ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail, se for o caso.
- 8.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.15. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.





- 8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.18. Nos grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.3. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro dos serviços constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos serviços, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 13.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 14.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 14.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 14.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 14.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



## 15. DO REAJUSTE

- 15.1. O preço é fixo e irrevogável.
- 15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## 16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, após o fornecimento, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo setor competente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:
  - 18.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
  - 18.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;
  - 18.2.3. No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
  - 18.2.4. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
- 18.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 18.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 18.7. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 18.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto



- à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 18.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:
- 18.16.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I × N × VP**, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = (TX)**
- I =  $\frac{(6 \div 100)}{365}$**
- I = 0,00016438**
- TX = Percentual da taxa anual = 6%**

## 19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 19.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 19.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 19.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 20.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;





- 20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. Não manter a proposta;
- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 20.3.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) grupo(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 20.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, protocolada no Protocolo Central da UNIFESSPA no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), <https://proadi.unifesspa.edu.br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.10.1.ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
  - 22.10.2.ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
  - 22.10.3.ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;
  - 22.10.4.ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA;
  - 22.10.5.ANEXO V – ORDEM DE SERVIÇO;

Marabá-PA, 08 de março de 2018.

**Márcia Trigueiro de Vasconcelos**  
Pregoeira Oficial  
Portaria nº 1257/2017-GR



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

(Processo Nº 23479.016996/2017-20)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, AGENDAS E DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
GRUPO 01						
1	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS – PEQUENO</b> CONFEÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 10,7CM X 13,9CM. FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO TIPO FORMULÁRIO IMPRESSÃO APENAS FRENTE, P/B. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	2600	4,17	10.842,00
2	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS – PEQUENO</b> CONFEÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 50 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 10,7CM X 13,9CM. FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO TIPO FORMULÁRIO IMPRESSÃO APENAS FRENTE, P/B. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	30	8,43	252,9
3	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS - GRANDE, TIPO RECICLADO</b> CONFEÇÃO DE BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES 15X22CM (LXA). AS FOLHAS INTERNAS SERÁ EM PAPEL RECICLADO 75G COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO EM MARCA D'ÁGUA NO CENTRO DAS PÁGINAS, 1X0 CORES. A CAPA SERÁ EM PAPEL RECICLADO 120G/M <sup>2</sup> COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO NA CAPA, 4X0 CORES. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. CONFORME MODELO APRESENTADO PELA CONTRATANTE. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	2100	7,60	15.960,00



4	<b>CONFEÇÃO DE AGENDA PERMANENTE:</b> CONFEÇÃO DE AGENDA PERMANENTE PERSONALIZADA, FORMATO 15CM X 22CM (LXA). CAPA PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHÊ 300G/IMPRESSÃO 4X0. ACABAMENTO EM ESPIRAL. FOLHAS PERSONALIZADAS: 1 DIVISÓRIA PARA CADA MÊS, 4X4 CORES; PAPEL COUCHE 150G; PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO, FOTOS E INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE. COM ATÉ 10 FOLHAS DE INTRODUÇÃO COM INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE, 1X1 CORES. MIOLO PADRÃO COM 2 DIAS POR FOLHA (UM DIA NA FRENTE E OUTRO DIA NO VERSO DA FOLHA); 1X1 CORES. GRAMATURA DO MIOLO 75G. NÃO INFORMAR O ANO, FAZER A AGENDA NOS MOLDES DE UMA AGENDA PERMANENTE SEM INFORMAÇÃO DO ANO PARA QUE POSSA SER UTILIZADA POR MAIS DE UM ANO. COM DIAGRAMAÇÃO/CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO EM FORMATO DE AGENDA INCLUSA NO SERVIÇO. SEM LIMITE DE MATRIZES.	18422	UNIDADE	1650	34,53	56.974,50
5	<b>FOLHAS DE DESPACHO EM BLOCO</b> IMPRESSÃO DE FOLHAS DE DESPACHO DE PROCESSO, EM PAPEL APERGAMINHADO, TIPO PAPEL OFF-SET, COMPRIMENTO 297, LARGURA 210, GRAMATURA 75, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRASÃO DA REPÚBLICA E IMPRESSÃO DO NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, COM ACABAMENTO BLOCAMENTO COM 100 FOLHAS CADA.	18422	UNIDADE (BLOCO)	527	15,78	8.316,06
TOTAL DO GRUPO 01						R\$ 92.345,46
GRUPO 02						
6	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - A4, COLORIDO (02 DOBRAS)</b> CONFEÇÃO FOLDER, TAMANHO A4, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 120G. ACABAMENTO: 02 (DUAS) DOBRAS. IMPRESSÃO COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE.	18422	UNIDADE	11100	0,85	9.435,00
7	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - A4, COLORIDO (03 DOBRAS)</b> CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 150 G/M². ACABAMENTO COM 03 (TRÊS) DOBRAS PARALELAS. IMPRESSÃO: COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. LOTE COM 100 EXEMPLARES	18422	LOTE	147	94,00	13.818,00





8	<b>CONFECÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ MATTE. TAM. 46X30CM - COLORIDO (04 DOBRAS)</b> CONFECÇÃO DE FOLDER. MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ MATTE 145 G/M². ACABAMENTO: QUATRO DOBRAS. DIMENSÕES: FORMATO: 46X30 CM. IMPRESSÃO: (4X4 CORES); PRÉ-IMPRESSÃO: PROVA BEST COLOR E CTP.	18422	UNIDADE	3000	1,83	5.490,00
9	<b>CONFECÇÃO DE CARTILHA ENCADERNADA</b> CONFECÇÃO DE CARTILHA PERSONALIZADA COM ATÉ 16 PÁGINAS CADA EM PAPEL COUCHÊ FOSCO, MIOLO 120G, MEDINDO 15X21. CAPA EM PAPEL COUCHE FOSCO DE 150GR EM FSC 4X4. ACABAMENTO EM ENCADERNAÇÃO. ARTE SERÁ DISPONIBILIZADA PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	550	6,03	3.316,50
10	<b>CONFECÇÃO DE FOLDER EM SULFITE - P/B (03 DOBRAS)</b> CONFECÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, COM 03 DOBRAS, MONOCROMÁTICO (P/B), FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75G, MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE, ENTREGA CONFORME A DEMANDA. LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO.	18422	LOTE	65	60,00	3.900,00
11	<b>CONFECÇÃO DE FOLDER EM SULFITE - COLORIDO (03 DOBRAS)</b> CONFECÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, COM 03 DOBRAS, COLORIDO (4X4 CORES), PAPEL SULFITE 75 G, MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE, ENTREGA CONFORME A DEMANDA. LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO.	18422	LOTE	44	80,00	3.520,00
12	<b>CONFECÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - TAM A3. COLORIDO (03 DOBRAS)</b> CONFECÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A3, COM 03 DOBRAS, COLORIDO (4X4 CORES), PAPEL COUCHÊ BRILHOSO OU FOSCO 115 G, MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE, ENTREGA CONFORME A DEMANDA. LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO.	18422	LOTE	51	88,00	4.488,00
13	<b>CONFECÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ MATTE. TAM 30X21CM - COLORIDO (02 DOBRAS)</b> CONFECÇÃO DE FOLDER. FORMATO: ABERTO: 30X21 CM – FECHADO: 12X21 CM; IMPRESSÃO: 2/2 C (PANTONE); PAPEL: COUCHÊ MATTE 115 G; ACABAMENTO: DUAS DOBRAS PARA DENTRO. PRÉ -IMPRESSÃO: PROVA BEST COLOR E CTP. LOTE COM 50 UNIDADES.	18422	LOTE	6	180,00	1.080,00
14	<b>CONFECÇÃO DE FLYER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 10X21 CM. COLORIDO. 1 FACE</b> PANFLETO TIPO FLYER. PAPEL/GRAMATURA: COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 115G/M; FORMATO: 10X21CM; COLORIDO (4X4CORES) FRENTE;		LOTE	1	436,676	436,67



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	ACABAMENTO: REFILE; SEM LIMITE DE MATRIZES. ARTE A SER DEFINIDA PELO REQUERENTE. PEDIDO EM LOTE COM 200 (DUZENTAS) UNIDADES.	18422				
15	<b>CONFECCÃO DE PANFLETO EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 15X21 CM. COLORIDO. 1 FACE. COM ARTE</b> PANFLETO EM PAPEL COUCHE BRILHO OU FOSCO, 90G. FORMATO: 15CM DE LARGURA POR 21CM DE ALTURA, IMPRESSÃO COLORIDA (4X4CORES). FRENTE, COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. PEDIDO EM LOTE COM 100 (CEM) UNIDADES.	18422	LOTE	40	125,00	5000,00
16	<b>CONFECCÃO DE PANFLETO EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 15X21 CM. COLORIDO. 2 FACES</b> PANFLETO EM PAPEL/GRAMATURA: COUCHÉ BRILHO OU FOSCO 115G/M²; FORMATO: 15X21CM; COLORIDO (4X4CORES) - IMPRESSÃO COLORIDA NAS DUAS FACES EM POLICROMIA; ACABAMENTO: REFILE; SEM LIMITE DE MATRIZES. ARTE A SER FORNECIDA PELO CONTRATANTE. PEDIDO EM LOTE COM 100 (CEM) UNIDADES.	18422	LOTE	72	125,00	9.000,00
17	<b>CONFECCÃO DE PANFLETO EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A4. COLORIDO. 2 FACES</b> PANFLETO EM PAPEL/GRAMATURA: COUCHÉ BRILHO OU FOSCO 115G/M²; FORMATO: 21X29,7CM - A4; COLORIDO (4X4CORES) - IMPRESSÃO COLORIDA NAS DUAS FACES EM POLICROMIA; ACABAMENTO: REFILE; SEM LIMITE DE MATRIZES. ARTE A SER FORNECIDA PELO CONTRATANTE. PEDIDO EM LOTE COM 100 (CEM) UNIDADES.	18422	LOTE	5	100,00	500,00
TOTAL DO GRUPO 02						R\$ 50.549,17
GRUPO 03						
18	<b>CONFECCÃO DE BANNER EM LONA</b> CONFECCÃO DE BANNER. MATERIAL: LONA 440 GRS BRILHO IMPRESSÃO 1440 DPI, DIGITAL COLORIDA COM QUALIDADE FOTOGRÁFICA EM APENAS UM LADO (4X0 CORES). CORDÃO DE NYLON E BASTÃO DE MADEIRA NA PARTE SUPERIOR E NA PARTE INFERIOR COM TAMPA DE PROTEÇÃO PLÁSTICA NAS BORDAS. O CONTEÚDO DO TEXTO E TAMANHO A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE.	18422	M²	447	55,00	24.585,00
19	<b>VEICULAÇÃO E CONFECCÃO DE OUTDOOR</b> CONFECCÃO DE OUTDOOR, MATERIAL: PAPEL OFF-SET 90G. DIMENSÃO: LARGURA 9MX3M, DIAGRAMAÇÃO, EDITORAÇÃO E LAYOUT POR PARTE DA CONTRATADA, CONFORME SOLICITADO. O SERVIÇO CONTEMPLA TAMBÉM A LOCAÇÃO DO ESPAÇO E ESTE DEVERÁ SER, PREFERENCIALMENTE, PRÓXIMO AOS CAMPI DA UNIFESSPA EM MARABÁ/PA. PERÍODO DA VEICULAÇÃO: 30 DIAS. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER	13099	UNIDADE	5	923,33	4.616,65



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	APRESENTADOS OBRIGATORIAMENTE DE PROVAS UNITÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONTRATANTE.					
20	<b>CONFECÇÃO DE FAIXA</b> FAIXA EM LONA VINÍLICA FRONT LIGHT BRILHO; IMPRESSÃO: DIGITAL COLORIDA 4x0. ACABAMENTO: 4 PONTOS DE ILHÓS, 1 EM CADA EXTREMIDADE, BASTÃO DE MADEIRA NOS DOIS LADOS PARA AUXILIAR NA FIXAÇÃO, ACOMPANHANDO 2 METROS DE CORDÃO DE NYLON CORDÕES DE NYLON EM METRAGEM COMPATÍVEL E NECESSÁRIOS A CORRETA FIXAÇÃO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	17906	M²	300	90,00	27.000,00
TOTAL GRUPO 03						R\$ 56.201,65
GRUPO 04						
21	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A1 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A1. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	12	642,50	7.710,00
22	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO/BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A2. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	45	350,00	15.750,00
23	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 - P/B</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A3. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	25	698,50	17.462,50
24	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A3. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	14	698,50	9.779,00
25	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO COM ARTE</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO/BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. O SERVIÇO INCLUI A CRIAÇÃO DA ARTE PELA EMPRESA. DIMENSÃO: A3.	4367	UNIDADE	1640	1,19	1.951,60
26	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. 10X42CM COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: 10 x 42 CM -	4367	UNIDADE	350	6,80	2.380,00



	COLORIDO.					
27	<b>CONFEÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. 7,5X29,7CM COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: 7,5 x 29,7 CM - COLORIDO.	4367	UNIDADE	350	4,45	1.557,50
28	<b>CONFEÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: A2 COLORIDO.	4367	UNIDADE	500	28,50	14.250,00
29	<b>CONFEÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO COM ARTE</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: A3 - COLORIDO. LOTE COM 50 EXEMPLARES.	4367	LOTE	3	628,00	1.884,00
30	<b>CONFEÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: A3 - COLORIDO.	4367	UNIDADE	500	6,00	3.000,00
31	<b>CONFEÇÃO DE ADESIVO TIPO BOTON</b> CONFEÇÃO DE ADESIVO TIPO BOTON: CIRCULAR, 5CM DE DIÂMETRO, PARA VÁRIOS TIPOS DE SUPERFÍCIES (COMO ROUPAS, PAPÉIS E PAREDES), IMPRESSÃO DIGITAL POLICROMÁTICA, 4X0, EM PAPEL AUTOADESIVO BRILHANTE. LOTE COM 500 UNIDADES. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18724	LOTE	2	111,00	222,00
32	<b>CONFEÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA EM PAPEL COUCHÊ - A4 P/B</b> CONFEÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA EM PAPEL COUCHÊ - A4 P/B - MATERIAL: PAPEL COUCHÊ (FOSCO/BRILHOSO) ADESIVO, COM IMPRESSÃO MONOGROMÁTICA 1X0. CADA ETIQUETA DEVERÁ TER O TAMANHO 140 MM X 210 MM (DUAS ETIQUETAS POR FOLHA). A ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	1600	15,90	25.440,00
TOTAL GRUPO 04						R\$ 101.386,60
GRUPO 05						
33	<b>CONFEÇÃO DE BOLSA EM LONA CRUA</b> CONFEÇÃO DE BOLSA TIRACOLO, EM LONA CRUA LF 108, TINGIDA (4X4 CORES), MEDINDO 30 X 33 X 13CM (FOLE		LOTE	3	897,50	2.692,50





	E FUNDO), ACABAMENTO COM ALÇA EM CADARÇO DE ALGODÃO, MEDINDO 2,5 X 60CM, BOLSO INTERNO E FECHAMENTO COM VELCRO. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551				
34	<b>CONFECÇÃO DE BOLSA TIPO ECOBAG EM ALGODÃO</b> CONFECÇÃO DE BOLSA TIRACOLO, TIPO ECOBAG, EM ALGODÃO, COR A DEFINIR, TAMANHO 35CMX40CM (LXA), COM ALÇA LONGA REGULÁVEL DE 1,6 M, FECHAMENTO COM VELCRO DE 8CM, TEOR DA MALHA MÉDIO, COM VISOR EXTERNO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 21CMX10CM (LXA), PARA COLOCAR UM PAPEL COM A IDENTIDADE VISUAL DO EVENTO. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551	LOTE	22	949,50	20.889,00
35	<b>CONFECÇÃO DE BOLSA TIPO SACOLA (MOCHILA) ESPORTIVA - EM LONA</b> SACOLA CONFECCIONADA EM LONA, ALÇAS EM NYLON E ACABAMENTO INTERNO EM OVERLOQUE. COR A DEFINIR, COM LOGOTIPO DO EVENTO COLORIDO ESTAMPADO EM 4X4 CORES ATRAVÉS TRANSFER SUBLIMÁTICO (TAMANHO MÁXIMO DA PERSONALIZAÇÃO: 28CM X 20CM). ARTE SERÁ REPASSADA PELA CONTRATANTE. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551	LOTE	2	703,33	1.406,66
36	<b>CONFECÇÃO DE BOLSA TIRACOLO EM POLIÉSTER</b> CONFECÇÃO DE BOLSA TIRACOLO EM TECIDO 100% POLIÉSTER 600 FIOS, PLASTIFICADO COM REVESTIMENTO EM POLICLORETO DE VINILA COM TEXTURA MACIA E COSTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, COR A DEFINIR, MEDINDO 280X350X80 MM (ÁREA ÚTIL), COM DUAS ALÇAS A TIRACOLO DE 60 CM CADA, E EM FITA DE POLIPROPILENO DE 30 MM, COM ACABAMENTO EM VIÉS CINZA DE 22 MM. POSSUI NO VERSO UM BOLSO COM TAMANHO 110X220 MM EM PLÁSTICO TRANSPARENTE GRAMATURA 30, COM ABERTURA PARA CIMA. COM LOGOTIPO DO EVENTO COLORIDO ESTAMPADO E IMPRESSÃO EM TRANSFER SUBLIMÁTICO 04 CORES NA PARTE FRONTAL. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. LOTE COM 50 UNIDADES.	22551	LOTE	10	625,00	6.250,00
37	<b>CONFECÇÃO DE CAMISAS EM ALGODÃO (FRENTE E VERSO)</b> CONFECÇÃO DE CAMISA EM TECIDO 100% ALGODÃO, MALHA 30.1, COM MÍNIMO DE 140G/M2. MANGA CURTA. COR: BRANCA. IMPRESSÃO EM POLICROMIA EM 4 CORES (FRENTE E VERSO). A ARTE EM ALUSÃO AO EVENTO SERÁ ENCAMINHADA PELO REQUISITANTE. TAMANHOS CONFORME DEMANDA (P, M, G, GG, E BABY LOOK). A GOLA E MANGAS PODEM SER DE CORES DISTINTAS DE BRANCO.	10030	UNIDADE	1500	12,00	18.000,00



38	<b>CONFECÇÃO DE CAMISAS EM MALHA COM GOLA POLO (FRENTE E VERSO)</b> CONFECÇÃO DE CAMISA EM MALHA FIO 30.1 CARDADA COM GOLA POLO, MANGA CURTA. COR: BRANCA. IMPRESSÃO EM POLICROMIA EM 4 CORES (FRENTE E VERSO). A ARTE EM ALUSÃO AO EVENTO E SERÁ ENCAMINHADA PELO REQUISITANTE. TAMANHOS CONFORME DEMANDA (P, M, G, GG E BABY LOOK). A GOLA E MANGAS PODEM SER DE CORES DISTINTAS DE BRANCO.	10030	UNIDADE	687	19,80	13.602,60
TOTAL GRUPO 05						R\$ 62.840,76
GRUPO 06						
39	<b>CONFECÇÃO DE CALENDARIO DE MESA</b> BASE: 17,5CMX21CM, CARTÃO 1,3 MM, REVESTIDO EM COUCHÉ 150G E FORRO EM OFF-SET 150G. LÂMINAS: 14,5CMX21CM, 14 LÂMINAS EM COUCHÉ FOSCO 170G; 4 /4 CORES ACABAMENTO COM WIRE-O (DUPLO ANEL). COM FOTOGRAFIAS DA INSTITUIÇÃO E LOGOTIPO DA INSTITUIÇÃO OU DO EVENTO DE ACORDO COM MODELO A SER ENVIADO PELA CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	18724	UNIDADE	36	13,01	468,36
40	<b>CONFECÇÃO DE CANETA PERSONALIZADA</b> CONFECÇÃO DE CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA, TIPO ECOLÓGICA, COM ACIONADOR PLÁSTICO RETRÁTIL, PONTEIRA EM PLÁSTICO, CORPO 100% EM MATERIAL RECICLADO, CARGA NA COR AZUL DE LONGA DURAÇÃO, ESCRITA GROSSA, COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, DIMENSÕES: ENTRE 14CM E 14,6CM DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO ENTRE 01CM E 1,3CM. IMPRESSÃO: SERIGRAFIA (SILKSCREEN), CORPO ATÉ 4 CORES. LOTE COM 100 UNIDADES. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE.	18422	LOTE	46	335,00	15.410,00
41	<b>CONFECÇÃO DE PASTA PERSONALIZADA COM BOLSO PARA EVENTO EM TRIPLEX</b> CONFECÇÃO DE PASTA PERSONALIZADA COM BOLSO PARA EVENTO EM TRIPLEX - PASTA COM BOLSO INTERNO, FORMATO FECHADO: 22 X 31 CM, EM PAPEL TRÍPLEX 300G, -CORES: 4 X 0, ACABAMENTO: COM CORTE RETO, VINCO, DOBRA, LAMINAÇÃO BOPP BRILHO LOCALIZADO. LOTE COM 100 UNIDADES. ARTE A SER ENCAMINHADA PELO CONTRATANTE.	18422	LOTE	57	796,67	45.410,19



42	<b>CONFECÇÃO DE PASTA ENVELOPE PERSONALIZADA PARA EVENTO EM PLÁSTICO</b> CONFECÇÃO DE PASTA ENVELOPE PERSONALIZADA PARA EVENTO EM PLÁSTICO - CONFECÇÃO DE PASTA TIPO ZIP-ZAP EM PVC CRISTAL, COM ZÍPER DE PLÁSTICO, DIMENSÕES DE 23CMX31CM, COM GRAVAÇÃO EM SILK SCREEN 4X0, COM PORTA CARTÃO EXTERNO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 21X07CM, LOTE COM 50 UNIDADES.	18422	LOTE	32	266,00	8.512,00
43	<b>CONFECÇÃO DE SQUEEZE PERSONALIZADA</b> CONFECÇÃO DE GARRAFA TIPO SQUEEZE, MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 300ML.CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSCAVEL E VALVULA DE PVC CRISTAL ATÓXICO, COR A COMBINAR, PERSONALIZADA COM O LOGOTIPO DA INSTITUIÇÃO OU DO EVENTO, SERIGRAFIA EM ATÉ 4 CORES. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE.	17353	UNIDADE	1530	4,50	6.885,00
44	<b>CONFECÇÃO DE CINTA ELÁSTICA</b> CONFECÇÃO DE CINTA ELÁSTICA PARA ENVOLVER VOLUMES DE PROCESSOS MEDINDO 5 (CINCO) CM DE LARGURA, POR 50 (CINQUENTA) CM DE DIÂMETRO DE CIRCUNFERÊNCIA, NA COR PRETA, IMPRESSÃO: (LOGOMARCA DO BRASÃO DA REPUBLICA E OS DIZERES UNIFESSPA, NA COR BRANCA IMPRESSA DUAS VEZES AO LONGO DO ELÁSTICO EM CAIXA ALTA, COM ALTURA DA LETRA DE APROXIMADAMENTE 3 CM,MATERIAL POLIÉSTER CONFECCIONADA EM ELÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO LATERAL QUE EVITE DESFIAMENTO,COMPOSTO DE 75% POLIÉSTER E 25% ELASTODIENO. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	21920	LOTE	16	270,00	4.320,00
<b>TOTAL GRUPO 06</b>						<b>R\$ 81.005,55</b>
<b>GRUPO 07</b>						
45	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO EM KRAFT - TIPO A4. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT, 80G, TAMANHO A4. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO.	18724	LOTE	501	290,00	145.290,00
46	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO EM KRAFT - TIPO A3. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT, 80G, TAMANHO A3. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO.	18724	LOTE	1	484,00	484,00



47	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS - TIPO A4. COLORIDO</b> ENVELOPE TIPO SACO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS DE PAPÉIS PRÉ E PÓS CONSUMO 110 G/M; TAMANHO A4; COR :4/0 COR (ABERTO) IMPRESSÃO DA LOGO. ARTE A SER ENVIADO PELO CONTRATANTE. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	3	948,67	2.846,01
48	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS - TIPO A3. COLORIDO</b> ENVELOPE TIPO SACO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS DE PAPÉIS PRÉ E PÓS CONSUMO 110 G/M; TAMANHO A3; COR :4/0 COR (ABERTO) IMPRESSÃO DA LOGO. ARTE A SER ENVIADO PELO CONTRATANTE. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	2	700,00	1.400,00
49	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO EM KRAFT - TIPO PEQUENO. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT, 80G, TAMANHO 185x248MM. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	1	500,00	500,00
50	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO - TIPO A4. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, BRANCO, PAPEL OFFSET, 90G, TAMANHO A4. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	179	490,00	87.710,00
51	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO - TIPO A3. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT BRANCO, 80G, TAMANHO A3. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	37	490,00	18.130,00
52	<b>ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO - TIPO PEQUENO. P/B</b> ENVELOPE TIPO SACO, BRANCO, PAPEL OFFSET, 90G, TAMANHO 185x248MM. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. <b>LOTE 100 UNIDADES.</b>	18724	LOTE	30	225,00	6.750,00
53	<b>CONFECÇÃO DE CAPAS DE PROCESSOS</b> CONFECÇÃO DE CAPAS DE PROCESSOS EM PAPEL TRIPLEX SIMILAR AO PAPEL SUPREMO; GRAMATURA: 250 G; REVESTIMENTO PLÁSTICO INTERNO; MEDIDA ABERTA: 33,00x52,0 CM, COM LOMBADA DE 5 CM - CONTENDO 03 DOBRAS, DISTANTES 2,5 CM UMA DA OUTRA; MEDIDA FECHADA: 33,0 X 24,0 CM; CORTE DE JANELA NA PARTE		LOTE	17	450,00	7.650,00



	FRONTAL PARA VISUALIZAÇÃO DOS DADOS EM FOLHA DE ROSTO. MEDIDA: 16X6,5 CM. DISTANTE 6,0 CM DA MARGEM SUPERIOR E 4,0 DA MARGEM ESQUERDA. CANTOS ARREDONDA DOS DOIS FUROS CENTRALIZADOS NA PARTE FRONTAL E NA DOBRA PARA FIXAÇÃO DE DOCUMENTOS POR MEIO DE GRAMPO TRILHO PLÁSTICO EQUIDISTANTES DA MARGEM ESQUERDA 1,5 CM E DISTANTES ENTRE SI 7,5 CM; IMPRESSÃO CAPA: BRASÃO DA REPÚBLICA (CENTRALIZADO NO IMPRESSO, COM OS DIZERES E "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ", FICANDO A PARTE SUPERIOR DO EMBLEMA A 2,0 CM DA MARGEM SUPERIOR CONFORME MODELO. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>	18422				
TOTAL GRUPO 07						R\$ 270.760,01
GRUPO 08						
54	<b>CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VISITA EM COUCHÊ</b>  CARTÕES DE VISITAS, 4X4 CORES, PAPEL COUCHÊ BRILHANTE OU FOSCO, TAMANHO 9X5. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. VERSO BRANCO. <b>LOTE COM 100.</b>	15423	LOTE	25	20,00	500,00
55	<b>CONFECÇÃO DE CRACHA EM COUCHÊ</b>  CONFECÇÃO DE CRACHÁ EM PAPEL COUCHÊ 250 GRS, NOS TAMANHOS 9X13 CM (LXA), ACABAMENTO COM VERNIZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DOIS FUROS NA PARTE SUPERIOR E FIO DE NYLON PP COM PONTEIRA DE METAL. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	1130	2,13	2.406,90
56	<b>CONFECÇÃO DE CRACHA TIPO CREDENCIAL EM PVC</b>  CONFECÇÃO DE CRACHÁ, TIPO CREDENCIAIS, COM IMPRESSÃO COLORIA (4 X 0), TAMANHO 9 X 13 CM, CONFECCIONADA EM PVC 0,3 MM SEMI-BRILHO, COM IMPRESSÃO DIRETA NO PVC, COM FURO E INCLUSÃO DE CLIP REMOVÍVEL PARA PRENDER O CRACHÁ. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	18422	UNIDADE	50	15,00	750,00
57	<b>CONFECÇÃO DE CRACHA EM PVC - APENAS FRENTE</b>  CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO EM CARTÃO DE PVC, NO TAMANHO 5,4 X 8,6 CM, ESPESSURA 0,76 MM, EM FOTOGRAFIA EM POLICROMIA (4X0), IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE, COM FURO E INCLUSÃO DE FIO DE SILICONE DE 80CM E PONTEIRA DE METAL. ARTE A SER ENVIADO PELO REQUISITANTE.	18422	UNIDADE	170	4,66	792,20





58	<b>CONFEÇÃO DE CRACHA EM PVC - FRENTE E VERSO</b>  CONFEÇÃO DE CRACHA EM PVC - FRENTE E VERSO - CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO EM CARTÃO DE PVC, NO TAMANHO 5,4 X 8,6 CM, ESPESSURA 0,76 MM, EM FOTOGRAFIA EM POLICROMIA (4X1), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, COM FURO E INCLUSÃO DE FIO DE SILICONE DE 80CM E PONTEIRA DE METAL. ARTE A SER ENVIADO PELO REQUISITANTE.	18422	UNIDADE	70	10,00	700,00
TOTAL GRUPO 08						R\$ 5.149,10
GRUPO 09						
59	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO P/B - TIPO A4. SULFITE. APENAS FRENTE</b>  IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	16800	0,16	2.688,00
60	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE</b>  IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	3525	0,61	2.150,25
61	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FOTO COLORIDA - TIPO A4. APENAS FRENTE</b>  IMPRESSÃO, EM PAPEL FOTOGRÁFICO, FOSCO OU BRILHANTE COLORIDA, TAMANHO A4 (21X29,7CM), APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	600	2,89	1.734,00
62	<b>SERVIÇO DE REPROGRAFIA (XEROX) P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE</b>  XEROX EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	23167	UNIDADE	84000	0,15	12.600,00
63	<b>SERVIÇO DE REPROGRAFIA (XEROX) COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE</b>  XEROX COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	23167	UNIDADE	16950	0,90	15.255,00
64	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE E VERSO</b>  IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, FRENTE E VERSO (PÁGINA ÍMPAR E PÁGINA PAR).DE ACORDO COM MATERIAL	16764	UNIDADE	4000	1,00	4.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.					
65	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO PAPEL TIMBRADO COLORIDO - TIPO A4</b>  IMPRESSÃO DE PAPEL TIMBRADO EM PAPEL OFFSET OU RECICLATO DE 90G ATÉ 120G. TAMANHO A4, COLORIDO. ARTE SERÁ DISPONIBILIZADO PELO CONTRATANTE. APENAS FRENTE.	16764	UNIDADE	1000	1,60	1.600,00
66	<b>IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS - TIPO A4, EM COUCHÊ</b>  IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS - TIPO A4, EM COUCHÊ -IMPRESSÃO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, EM PAPEL COUCHÊ FOSCO OU BRILHOSO 170G/M, 4X1 CORES, TAMANHO A4. A ARTE E A LISTAGEM DOS PARTICIPANTES SERÃO ENVIADOS PELO CONTRATANTE.	18724	UNIDADE	527	0,98	516,46
67	<b>CONFECCÃO DE CONVITE</b>  CONFECCÃO DE CONVITE EM PAPEL COUCHE 115 GR; FORMATO: 19CMX13CM, 4X4 CORES COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ENVELOPE. MODELOS E DIAGRAMAÇÃO DEVEM SER APRESENTADOS PELA CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	18724	UNIDADE	6410	2,75	17.627,50
TOTAL GRUPO 09						R\$ 58.171,21
GRUPO 10						
68	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDA - TIPO A3. SULFITE. FRENTE</b>  IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A3, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	1010	5,00	5.050,00
69	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A0. SULFITE. FRENTE</b>  SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A0 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	1540	22,45	34,573,00
70	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A1. SULFITE. FRENTE</b>  SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A1 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	1800	13,90	25.020,00
71	<b>SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A2. SULFITE. FRENTE</b>		UNIDADE	840	5,40	4.536,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A2 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764				
TOTAL GRUPO 10						R\$ 69.179,00
GRUPO 11						
72	<b>CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO PARA MESA (TAM 25X15CM)</b>  CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, PARA MESA (HORIZONTAL) NAS DIMENSÃO 25CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA) COM ADESIVO COLOCADO. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	182	20,90	3.803,80
73	<b>CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (TAM 20X20CM)</b>  CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 20CMX 20CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PARA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	747	22,90	17.106,30
74	<b>CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (TAM 50X25CM)</b>  CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 50X25CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PARA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	217	54,00	11.718,00
75	<b>CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (TAM 25X15CM)</b>  CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 25CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PARA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	762	16,45	12.534,90
76	<b>CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (TAM 40X15CM)</b>  CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 40CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PARA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	480	46,60	22.368,00
TOTAL GRUPO 11						R\$ 67.531,00



GRUPO 12						
77	<b>CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (TAM 30X15CM) COM INSCRIÇÃO EM BRAILE</b>  CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO PARA MESA (TAM 25X15CM) - CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, PARA MESA (HORIZONTAL) NAS DIMENSÃO 25CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA) COM ADESIVO COLOCADO. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	112	41,50	4.648,00
78	<b>CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (TAM 40X15CM) COM INSCRIÇÃO EM BRAILE E LIBRAS</b>  CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (TAM 40X15CM) COM INSCRIÇÃO EM BRAILE E LIBRAS - CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC, NAS DIMENSÃO 40CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA COM ESCRITA EM BRAILE, PODENDO TER ESCRITA EM LIBRAS, TAMBÉM. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	5452	UNIDADE	92	52,50	4.830,00
79	<b>CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PREDIAL EM AÇO POLIDO (TAM 60X40CM)</b>  CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PREDIAL (INAUGURAÇÃO) EM AÇO POLIDO, ESPESSURA MÍNIMA 0,8MM, NAS DIMENSÃO 60CMX 40CM (ALTURAXLARGURA), AS LETRAS DEVEM SER IMPRESSAS NA COR PRETA COM IMPRESSÃO DO BRASÃO DA REPÚBLICA COLORIDO (CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO E VERDE), EM BAIXO RELEVO, ACOMPANHA PARAFUSO BUCHA PARA FIXAÇÃO. ARTE A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE.	5452	UNIDADE	60	476,92	28.615,20
TOTAL GRUPO 12						R\$ 38.093,20
<b>TOTAL GERAL ESTIMADO: R\$ 962.647,71 (NOVECIENTOS E SESENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS)</b>						

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Diversas unidades da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará demandam por serviços de gráficos, no entanto, a UNIFESSPA não possui os materiais, as ferramentas e nem os profissionais em seu quadro funcional que reúnam as condições necessárias para atender a execução adequada desses serviços, considerados de caráter comum. Por não dispor de gráfica própria, torna-se necessária a contratação dos serviços de modo a suprir as demandas das unidades administrativas e acadêmicas, no que se refere a serviços gráficos, razão pela qual, houve a necessidade de a Divisão de Compras e Serviços - DICS realizar um Registro de Preços, juntando todas as demandas oriundas das requisições da Agenda de Serviços cujo o objeto seria a contratação de serviços gráficos, editoração, comunicação visual, serviços de impressão e confecção de placas, voltados às atividades acadêmicas e institucionais desta universidade. A UNIFESSPA não possui os materiais, as ferramentas e nem os profissionais em seu quadro funcional que reúnam as condições necessárias para atender a execução adequada desses serviços, considerados de caráter comum. Por não dispor de gráfica



- própria, torna-se necessária a contratação dos serviços de modo a suprir as demandas das unidades administrativas e acadêmicas, no que se refere a serviços gráficos.
- 2.2. Os serviços gráficos são considerados essenciais para garantir a eficiência da comunicação institucional, na divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa e extensão da UNIFESSPA. Também são instrumentos necessários ao fortalecimento do ensino, permitindo o acesso à informação e a disseminação do conhecimento científico produzido por esta Instituição de Ensino Público Superior. Por meio da contratação de serviços gráficos, a UNIFESSPA garante transparência da gestão, divulga seus resultados e objetivos e aproxima a sociedade da comunidade universitária.
  - 2.3. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade de atendimento a diversas unidades acadêmicas, o que implicará em empenhos e entregas parceladas. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício. Desse modo, não é possível prever fielmente a quantidade destes itens, pois podem sofrer alterações de acordo com as estratégias de ação da UNIFESSPA. Por esse motivo, escolheu-se a forma Sistema de Registro de Preços, já que a frequente necessidade de fornecimento/contratação dos itens constantes na planilha de formação de preços, bem como o fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelas unidades requisitantes, torna-se viável esse tipo de contratação.
  - 2.4. Prevê-se agrupar, em lotes, os itens com similaridade tendo em vista a viabilidade técnica e econômica. Procurou-se observar que esse tipo de agrupamento é meramente organizativo e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.
  - 2.5. Nesse contexto, há possibilidade de realização de um certame com ampla participação, tendo em vista a gama de fornecedores existentes no mercado aptos a concorrer para a prestação dos serviços.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na prestação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555/00 e do Decreto nº 5.540/05, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado uma vez que não há especificidade inerente à contratação de serviços complexos ou estritamente especificados.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados conforme a descrição do serviço disposta na tabela e discriminado abaixo:
  - 4.1.1. **PRODUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS (Referente aos Grupos: 01, 02, 04, 06, 07, 08, 09 e 10)**
    - 4.1.1.1. Na realização de cada trabalho, o critério de impressão a ser adotado será o sistema off-set, observadas as especificações, as tiragens e os prazos indicados nas respectivas ordens de serviço e de acordo com as descrições dos itens, conforme a tabela disposta no item 1.1 deste Termo de Referência.
    - 4.1.1.2. Para o sistema de impressão policromática no sistema off-set deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos: impressão em papel; registro frente/verso com precisão; área útil de impressão de 64cm x 94cm; embalagem dos materiais impressos de acordo com os critérios estabelecidos pela UNIFESSPA.
    - 4.1.1.3. A produção final de todos os trabalhos será efetuada nas instalações da CONTRATADA.
    - 4.1.1.4. Além da impressão, as atividades a serem executadas pela CONTRATADA abrangem:
      - 4.1.1.4.1. Produção de provas gráficas. Deve-se considerar como prazo para envio à UNIFESSPA não superior à 03 (três) dias, após a data da OS/arte enviada;
      - 4.1.1.4.2. Acabamento dos materiais impressos;
      - 4.1.1.4.3. Empacotamento dos materiais impressos, para distribuição em embalagens de até no máximo 20 kg;
      - 4.1.1.4.4. Entrega dos materiais devidamente embalados nas dependências da UNIFESSPA conforme o prazo e local estabelecido no item 5 e dispostos na OS.





- 4.1.1.5. Os trabalhos a serem impressos serão disponibilizados pela UNIFESSPA à CONTRATADA, preferencialmente em mídia digital.
- 4.1.1.6. O sistema de impressão deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos, tanto em monocromia quanto em policromia:
  - 4.1.1.6.1. Impressão de documentos a partir de arquivos digitais, transferidos por meio de rede eletrônica, preferencialmente;
  - 4.1.1.6.2. Impressão em papéis de gramaturas devem levar em consideração, no mínimo, àqueles especificados na descrição do serviço, dispostos na tabela conforme o item 1.1 deste Termo de Referência;
  - 4.1.1.6.3. Redução e ampliação;
  - 4.1.1.6.4. Impressão duplex automática em folhas de até 29,7cm x 43,2cm;
  - 4.1.1.6.5. Registro frente/verso com precisão, nos casos de publicações periódicas e de trabalhos que requeiram esse grau de precisão;
- 4.1.1.7. O processo de acabamento deverá atender aos diversos tipos de impressos usados pela UNIFESSPA que serão determinados na Ordem de Serviço.
- 4.1.1.8. Todos os custos com consumíveis e suprimentos necessários nos processos de impressão off-set, incluindo as fases de acabamento e de embalagem, serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão estar de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes desses produtos, bem como, os custos decorrentes da entrega do material produzido à UNIFESSPA.
- 4.1.2. **IMPRESSÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E PROMOCIONAL (Grupo 03 e 05)**
  - 4.1.2.1. Será entregue em mídia digital o arquivo final do material a ser confeccionado, para a empresa ganhadora;
  - 4.1.2.2. O processo de confecção dos materiais, estará sob acompanhamento e supervisão de um servidor designado da UNIFESSPA para aferição do conjunto de requisitos exigidos.
    - 4.1.2.2.1. Antes da impressão total dos exemplares, a Empresa vencedora deverá disponibilizar à UNIFESSPA 1 (uma) "prova digital" (por título), o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo Servidor da UNIFESSPA designado, no prazo de até 03 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento do arquivo digital.
  - 4.1.2.3. Após aprovação e liberação da UNIFESSPA, o material será confeccionado;
  - 4.1.2.4. Concluída a confecção, ocorrerá o processo de entrega (sob acompanhamento do Servidor da UNIFESSPA designado), observando-se o disposto no item 5.3.
  - 4.1.2.5. Para o Grupo 03 - impressão de material de comunicação visual, alguns itens foram dimensionados em m², porém na Ordem de Serviço será informado também o tamanho (AxL) correspondente.
  - 4.1.2.6. A qualidade da impressão deve ser adequada ao arquivo enviado para impressão, que não deverá ser inferior à 300 dpi.
- 4.1.3. **CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS EM BRAILLE (Grupo 11 e 12)**
  - 4.1.3.1. Entrega de mídia digital contendo o arquivo final do material a ser impresso para a Gráfica.
  - 4.1.3.2. Após o prazo para envio da prova (item 5.3.1), por meio digital, inicia-se a reprodução do pedido, conforme OS.
  - 4.1.3.3. O prazo para entrega dos impressos contará a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho.
  - 4.1.3.4. Para as Placas com Braille, as transcrições devem ser feitas por profissional que domine a matéria em apreço, sob risco de serem alteradas ou omitidas informações essenciais ao conteúdo, que deverá manter a fidelidade ao texto original, de modo que qualquer alteração gráfica não modifique o conteúdo da obra, além de indicar a diagramação mais adequada para o texto braille.
  - 4.1.3.5. Concluído o serviço, a Gráfica entregará o material na UNIFESSPA observando-se o disposto nos itens 5.3.
- 4.2. **Os Serviços que envolvem a arte finalização, diagramação e editoração eletrônica conforme a finalidade e demanda da UNIFESSPA, devem possuir a execução das seguintes etapas:**
  - 4.2.1. Paginação eletrônica;
  - 4.2.2. Diagramação eletrônica;
  - 4.2.3. Produção /preparação de páginas e documentos para impressão;
  - 4.2.4. Layout;
  - 4.2.5. Tratamento de imagem/foto;
  - 4.2.6. Aplicação de imagem/foto;
  - 4.2.7. Criação em geral;
  - 4.2.8. Fechamento de arquivo.



- 4.3. A especificação do substrato (material) que será utilizado nos serviços dispostos neste Termo de Referência, poderá ser alterado, mediante consulta e autorização do servidor designado da UNIFESSPA, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor registrado em Ata do item.
- 4.4. Deve-se observar o prazo para a execução da arte finalização, diagramação e editoração, conforme está previsto no item 5.3. deste Termo de Referência. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à UNIFESSPA para produção do material solicitado.

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE O PRAZO DE ENTREGA

- 5.1. As solicitações serão realizadas conforme demanda da UNIFESSPA, mediante comunicação formal por meio de Ordem de Serviço. (OS). O prazo da vigência da Ata é 12 (doze) meses.
- 5.2. A prestação do serviço será executada de forma parcelada e de acordo com a necessidade da UNIFESSPA. Deve-se levar em consideração as especificações para a prestação de cada serviço apresentado neste Termo de Referência.
- 5.3. **O prazo de entrega dos serviços é de até 15 (quinze) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, em remessa parcelada. O endereço da entrega será informado na Autorização de Fornecimento enviada ao Fornecedor.
  - 5.3.1. Neste prazo de entrega está incluído o prazo para prova digital, que não poderá ser superior à **02 (dois) dias úteis**. Após aprovação da UNIFESSPA, o prazo previsto no item 5.3 volta a ser contado.
  - 5.3.2. **Para os itens, cuja a arte esteja inclusa na execução do serviço, o prazo de entrega será de 15 (quinze) dias após o aceite da arte pelo requisitante.**
    - 5.3.2.1. Nesses casos, o Fornecedor possuirá **até 05 (cinco) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, para apresentar ao requisitante arte para aprovação, inclusive, neste prazo, deve-se considerar a readequação da arte, se necessário.
    - 5.3.2.2. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à UNIFESSPA para produção do material solicitado.
  - 5.3.3. Para fim de elaboração das planilhas de formação de preços, deve-se tomar como referência o local de entrega **Marabá/PA** o endereço de um dos três *campi* existentes na cidade:
    - 5.3.3.1. Campus I: Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/n.º - Nova Marabá, Marabá - PA, 68507-590.
    - 5.3.3.2. Campus II: Folha 17, Quadra 04, Lote Especial, s/n.º - Nova Marabá, Marabá - PA, 68505-590.
    - 5.3.3.3. Campus III: Rod. BR-230 (Transamazônica), Loteamento Cidade Jardim, Av. dos Ipês, s/n.º - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68500-000.
- 5.4. O fornecedor deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias para os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
  - 6.1.1. Todos os materiais, equipamentos, utensílios e veículos para transporte utilizados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços com segurança e eficiência, deverão ser fornecidos e de propriedade da CONTRATADA.

## 7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 7.1. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades desta Universidade, mediante notificação à CONTRATADA, por meio de Ordem de Serviço (OS), no prazo 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias de antecedência, conforme o caso especificado nos itens 5.3 e 5.4, respeitado o prazo para aprovação da arte, quando couber.
- 7.2. Os objetos serão recebidos provisoriamente imediatamente, após efetuada a entrega para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo (a) servidor responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



- 7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará):
  - 8.1.1. Efetuar o registro do(s) fornecedor(es) vencedor(es) da futura licitação e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
  - 8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como dos termos de sua proposta;
  - 8.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
    - 8.1.3.1. A existência da fiscalização por parte da contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da contratada no decorrer da prestação do serviço.
  - 8.1.4. Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
  - 8.1.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços, quando da sua contratação, de acordo com os preços, os prazos e as condições estipuladas neste Termo de Referência e Edital;
  - 8.1.6. Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
  - 8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, caso seja constatada não conformidade dos serviços com o descrito neste Termo de Referência;
  - 8.1.8. Solicitar os serviços apenas e tão somente por Ordem de Serviço assinado por representante designado para tal ação;
  - 8.1.9. Verificar a conformidade dos serviços de acordo com a descrição constante deste Termo de Referência, bem como os prazos de execução e qualidade dos serviços executados;
  - 8.1.10. Documentar as ocorrências havidas e informá-las ao fiscal da prestação dos serviços registrados na Ata de Registro de Preços, notificando a empresa contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/1993, são obrigações da licitante vencedora:
  - 10.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  - 10.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 10.2.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
  - 10.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 10.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
  - 10.2.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;



- 10.2.7. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 10.2.9. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.2.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.2.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.2.12. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.2.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será permitido a subcontratação.

## 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis competente.
- 10.4. A fiscalização de que trata os itens acima não exclui e nem reduz a responsabilidade da Licitante Beneficiária da Ata de Registro de Preços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnica, vícios redibitórios, ou emprego de equipamentos inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da UNIFESSPA ou de seus agentes e prepostos, conforme dispõe o Art. 70, da Lei n.º 8.666/93.
- 10.5. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 3º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);





10.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços (§ 4º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013).

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
  - 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
  - 11.1.6. Não mantiver a proposta.
- 11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
  - 11.2.2. Multa, a ser aplicada conforme o caso, de acordo com a tabela abaixo;

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Executar os serviços fora do prazo estabelecido.	1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do serviço não realizado, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Comportar-se de modo inidôneo.	2. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Fizer declaração falsa.	4. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Apresentar documentação falsa.	6. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	8. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 9. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 10. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	11. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total.	12. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 13. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual.





Inexecução parcial do objeto.	14. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (ano) ano.  15. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
-------------------------------	---

- 11.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
  - 11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  - 11.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº .....

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, com sede na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, na cidade de Marabá-PA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ..... inscrito(a) no CPF sob o nº ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2018, publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº 23479.015977/2017-82, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de tradução, versão e revisão de artigos científicos e textos relacionados com a pesquisa científica e educacional, para atender as demandas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão SRP nº 04/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	Prestador do serviço ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )			
	Especificação	Unidade de medida ou tarefa	Valor Unitário	Valor global ou total

**3. VALIDADE DA ATA**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada

**4. REVISÃO E CANCELAMENTO**

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. A pedido do fornecedor.

## 5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. O fornecedor deverá manter sigilo total sobre os trabalhos, objeto desta Ata de Registro de Preços. Seu pessoal não poderá reproduzi-los, parcial ou integralmente, publicá-los, divulgá-los ou repassá-los a terceiros.

5.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

5.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s).



**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

**TIMBRE DA EMPRESA**

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pregão Eletrônico para RP: 10/2108

Processo: 23479.016996/2017-20

Razão social da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ | Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_; Agência: \_\_\_\_\_; C/C: \_\_\_\_\_

Representante da empresa:

Nome: \_\_\_\_\_; Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;

Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_,

pelo Órgão Expedidor \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, que desempenha a função de

\_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_

VALIDADE DA PROPOSTA				60 dias	
DECLARAMOS QUE NOS NOSSOS PREÇOS COTADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, FRETE, TRIBUTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS,					
GRUPO X					
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
X1					
X2					
XN					
VALOR TOTAL DO GRUPO X (R\$)					X
ITENS					
Z1					
ZN					
VALOR TOTAL DOS ITENS (R\$)					Z
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (GRUPO E ITENS)					XZ
TRABALHISTAS, TRANSPORTE E SEGURO ATÉ O DESTINO, LUCRO E DEMAIS ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS, NADA MAIS SENDO VÁLIDO PLEITEAR A ESSE TÍTULO.					

Assinatura

**OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO "CONFORME O EDITAL".**



**ANEXO IV**

**CONTRATO Nº ...../2018**

(Processo Nº 23479.00XXXX/2018-XX)

**Pregão Eletrônico SRP nº XX/2018**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E  
SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA E A EMPRESA  
.....**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – Unifesspa**, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada no Campus Universitário, à Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, Bairro Nova Marabá, CEP 68501-970, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo Magnífico Reitor, Prof. Dr. **MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**, designado pelo Decreto de 15 de setembro de 2016, publicado no DOU, na pg. 1, Seção nº 2, em 16 de setembro de 2016, portador do CPF nº.185 819 432-68, e CI nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....





### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para este termo de contrato não será apresentada garantia nos termos do Art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá,                      de                      de 2018.



---

***Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro***

Reitor da Unifesspa  
P/ CONTRATANTE

---

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

RG:

CPF:

---

RG:

CPF:



**ANEXO V**

**ORDEM DE SERVIÇO**

Marabá, ..... de ..... de 20.....

**Processo Nº 23479.016996/2017-20**

**Ref.: Pregão Nº 10/2018**

**Assunto: Prestação dos serviços de \_\_\_\_\_**

**À firma: \_\_\_\_\_**

Prezado(a) Senhor(a),

Em decorrência do processo **Licitatório nº \_\_/20\_\_** Modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para execução dos serviços de \_\_\_\_\_**, tipo **Menor Preço**, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) **Nota(s) de Empenho nº \_\_\_\_\_**, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.S.<sup>a</sup>, a **execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até \_\_\_\_\_ (por extenso), a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho. Local de entrega / execução: \_\_\_\_\_.** Fiscal do Contrato: \_\_\_\_\_.

Contato: \_\_\_\_\_, Data do Evento: \_\_/\_\_/\_\_ de \_\_\_\_ às \_\_\_\_\_. De acordo com Edital, a prestação do serviço deverá ser \_\_\_\_:\_\_\_\_h antes do evento. Para comunicação e confirmação de Prova/arte, e-mail: \_\_\_\_\_.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da execução dos serviços, bem como, consulta "online", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.S.<sup>a</sup>, informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na execução dos serviços, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Ordem de Serviço, calculada sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, a **UNIFESSPA** poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o **FORNECEDOR** também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.S.<sup>a</sup>, que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do **Pregão Eletrônico nº \_\_/201\_\_** implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.S.<sup>a</sup> a por o **"De acordo"**, na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-XXX** ou ainda por e-mail no endereço [XXXXXX@unifesspa.edu.br](mailto:XXXXXX@unifesspa.edu.br).

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX  
Cargo / Setor  
Fiscal

De acordo,

Em: ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa